

Abertura do processo de impeachment na Câmara Federal em 2016: uma análise da cobertura noticiosa pela TV Brasil e Rede Globo

Maria Cristina GOBBI¹; Jéssica Monteiro de GODOY²

Resumo

A abertura do processo de *impeachment* da então presidente da República eleita por voto popular Dilma Rousseff (PT) na Câmara Federal em 2016 marcou a política e a sociedade brasileira. A televisão, especialmente, foi central na construção desse acontecimento para e pelo público. Destacam-se duas emissoras nessa cobertura: TV Brasil e Globo. A primeira, por ser a proposta nacional pioneira de TV pública com oito anos de experiência. A segunda, por se tratar da maior emissora comercial do país, referência do público brasileiro em televisão pela história hegemônica que construiu no setor da radiodifusão. Ambas, com perfis e propostas teoricamente distintos, refletidos nas escolhas e construções dos conteúdos exibidos. Sobretudo no jornalismo, que forma ou “destrói”, nas palavras de Chauí (2006, p. 14), a opinião pública. É a construção do acontecimento pelo jornalismo nessa cobertura, que levou ao aceite da continuidade do processo de *impeachment*, o interessante a este artigo.

Palavras-chave: TV Brasil. TV Globo. *Impeachment*.

Abstract

The opening of the impeachment's process of the President elected by popular vote Dilma Rousseff (PT - Workers' Party) in Congress in 2016 marked the political and Brazilian society. The television, especially, was central in the construction of

1 Livre-docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática na América Latina. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP). Pós-doutora em Integração Latino-Americana pela Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Projeto: Memória. mcgobbi@terra.com.br.

2 Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática da Unesp (PPGCOM). jehmgodoy@gmail.com.

this event for and by the public. Noteworthy is two broadcasting stations in this coverage: TV Brazil and Globo. The first one, being the pioneer proposed national public television with eight years of experience. The second, because it is the largest commercial broadcaster in the country, is the Brazilian public reference on television by the hegemonic story built in the broadcasting sector. Both with theoretically distinct profiles and proposals, reflecting these differences in the choices and constructions of the displayed content. Especially in journalism, which forms or "destroys," in the words of Chauí (2006, p. 14), the public opinion. It is the construction of the event by journalism in this coverage, which led to the acceptance of the continuation of the impeachment's process, the interesting to this article.

Keywords: TV Brasil. TV Globo. Impeachment.

Introdução

A votação pela admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) pela Câmara Federal foi marcada pelo interesse de diversos setores da sociedade brasileira e de nações estrangeiras, atenção intensificada pelo agendamento diário da mídia de crise e escândalos, durante meses, em um contexto de democracia recentemente reconquistada no Brasil. Como escreve Rodrigo (2009, p. 193-194), "(...) um tema que se repete por diversos meios de comunicação entra no circuito da atenção do público através do efeito da adição ou do eco. (...) A memorização por parte do público é condição *sine qua non* da tematização". Esta pauta, além de ter elevado valor-notícia no campo do jornalismo, por se tratar de um tema que envolve "(...) o exercício do poder político, econômico e judiciário", recebe atenção privilegiada da mídia, uma vez que tem a "(...) função de continuidade e manutenção do sistema". Trata-se de um acontecimento excepcional na vida pública do país (RODRIGO, 2009, p. 155-177).

Dilma Rousseff foi eleita presidente para o segundo mandato em eleições livres, diretas e extremamente acirradas em outubro de 2014, com posse em primeiro de janeiro de 2015. É acusada pelos crimes de responsabilidade fiscal, porque teria realizado as chamadas "pedaladas fiscais" ainda em seu primeiro mandato, e também pela assinatura de decretos suplementares sem o aval do Congresso Nacional, que segundo a acusação, também implica em crime. A peça da acusação foi protocolada por Hélio Pereira Bicudo³,

³ Advogado, é ex-integrante do Partido dos Trabalhadores (PT) e um dos fundadores deste partido.

Janaína Conceição Paschoal e Miguel Reale Júnior⁴ e a defesa, protagonizada pelo então ministro e Advogado Geral da União (AGU), José Eduardo Cardozo. Este conjunto de acontecimentos é motivo de divisão até mesmo entre juristas e outros intelectuais, que para além de discussões e defesas partidárias, debatem a ruptura ou não da democracia com a configuração de um possível golpe de Estado branco, caso haja fragilidade na retórica jurídica da acusação, o que a tornaria tão somente política. Na apresentação do livro *A resistência ao golpe de 2016* que reúne textos de diversos intelectuais (PRONER et. al, 2016, p. 5), Gisele Cittadino anota:

Não foi fácil atravessar o indigno e infame dia 17 de abril de 2016 – histórico, na avaliação da Rede Globo. Afinal, ali praticamente se consumava um golpe, um rompimento com o princípio democrático, uma violação da decisão soberana de mais de 54 milhões de brasileiros que, em 2014, legitimamente elegeram Dilma Rousseff como Presidente da República. A decisão tomada pelo plenário da Câmara dos Deputados – a de aceitar a abertura do processo de *impeachment* contra a Presidente da República – foi uma violência em si, mas também representou a vitória da ignomínia, da corrupção, do populismo.

A votação, conduzida por uma das casas do Congresso Nacional mais conservador desde 1964, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), foi marcada por argumentos em nome de Deus e da família que em nada tinham a ver com o relatório do processo (SOUZA, CARAM, 2014). Em sessão extraordinária presida por um réu no Judiciário brasileiro, Eduardo Cunha (PMDB⁵-RJ), então presidente da Câmara dos Deputados⁶, a pauta foi simbólica pela gravidade da ação que terminou no aceite da abertura e conseqüente afastamento da presidente da Nação, por seis meses até que fosse votado em definitivo no Senado brasileiro. Também foi significativa pela maneira como a sessão foi conduzida e noticiada, provocando uma divisão da opinião pública dentro e fora do Brasil, com conseqüências na radicalização e criminalização de atores políticos e sociais, resultado ainda da desinformação e despolitização.

Em uma pesquisa do Instituto Vox Populi divulgada pelo site da revista Carta Capital (COIMBRA, 2016) e realizada cinco dias antes da votação para abertura do processo de *impeachment* na Câmara Federal, 57% dos brasileiros se mostraram a favor desse *impeachment*, 43% não estavam convencidos se tratar de um processo justo,

⁴ Ambos, juristas e Profs. Drs. de Direito Penal da Universidade de São Paulo (USP).

⁵ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

⁶ Hoje afastado sob a acusação de corrupção e de mentir em depoimento dado a Polícia Federal que investiga o caso de um dos maiores escândalos do país, conhecido como “Lava Jato”.

quase 40% foram contra e os restantes não sabiam. Ainda, 49% consideraram a proposta uma vingança de Eduardo Cunha, que só trouxe a pauta à discussão quando não recebeu apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) - partido da Presidente -, contra a abertura de cassação de seu mandato por suspeita de corrupção. Além disso, 50% dos entrevistados consideraram que “(...) a oposição esteve sendo oportunista (...) sem pensar nas dificuldades do Brasil”.

Uma vez considerando a televisão como meio dominante no sistema de comunicação e “instituição cultural central da sociedade” (RODRIGO, 2009, p. 54-73), justamente por estar presente na maioria dos lares, além de representar a realidade de maneira visual e auditiva, tornando a recepção um processo natural e “real” pelo público (HALL, 2006), para o que interessa a esse estudo, vamos nos ater à produção da notícia, condicionada por atores, critérios, perfis e ideologias dentro e fora das redações, que influenciam a cultura política, não só do meio político, mas também da sociedade civil organizada ou não. Para isso, vamos analisar a cobertura da votação pela admissibilidade do processo de *impeachment* pelos deputados federais por duas emissoras de perfis distintos, mas importantes no cenário brasileiro: a TV Brasil e a Rede Globo. Ambas fizeram transmissão ao vivo dessa votação no domingo, 17 de abril de 2016.

6

A construção da notícia: entre o interesse público e o privado

A autoimagem que a mídia passa aos seus destinatários é a de simples transmissores de informação com objetividade. Trata-se de um mito difícil de ser banido na sociedade e, por isso, perigoso. Histórica e culturalmente a mídia firmou um “contrato pragmático e fiduciário” com o público, a partir da confiança na figura legitimada socialmente do jornalista, em troca da credibilidade indispensável à manutenção midiática, passaram a oferecer a “verdade imparcial” dos acontecimentos. No entanto, a notícia como produção simbólica e de sentido, é uma construção social do fato, é a narração do fato, e interpreta o acontecimento de acordo com um emaranhado de condicionantes dentro e fora do processo de construção da notícia, que envolve “(...) produção, circulação e reconhecimento” (RODRIGO, 2009, p. 47). A credibilidade, portanto, não deveria estar atrelada à objetividade, mas à clareza no processo de produção e à utilização de critérios jornalísticos.

A linha editorial e política de um veículo, atrelada a interesses de atores econômicos e políticos, é uma delas, e que “(...) contribui para a legitimação do *status quo*” (RODRIGO, 2009, p. 54), o chamado “poder simbólico” midiático, segundo Bourdieu (1989), potencializado pela televisão (BOURDIEU, 1997). Nesse sentido, Lima (2011) ainda salienta que a grande mídia se tornou um partido político. Isso significa se definir por uma determinada ideologia, o que, por si só, já revela parcialidade. “Lembre-mos de que toda produção está condicionada pelas práticas produtivas. Cada componente da mídia possui umas características e umas limitações que são as que determinam a produção das notícias” (RODRIGO, 2009, p. 178-184). Para Bechelloni (1986), são os que agem no entorno da mídia quem determinam as características do produto (notícia) e da máquina organizativa.

Outras condicionantes são os critérios estabelecidos dentro das redações, os quais passam a fazer parte da rotina e que também estão atrelados às influências externas diretamente envolvidas, como as já citadas. Desses, podemos destacar a rapidez e o imediatismo da produção que fazem com que o processo de apuração seja muitas vezes incompleto. Um critério jornalístico fundamental, independente do perfil da redação, são as fontes de informação, “(...) que desempenham um papel principal na geração da notícia” (RODRIGO, 2009, p. 13). Embora esse critério aconselhe o uso de diversas fontes, a escolha e os interesses delas em participarem também estão atrelados à linha dos veículos e aos próprios interesses, existindo a possibilidade de um desequilíbrio ideológico, unanimidade de vozes, e conseqüentemente a oferta de uma informação tendenciosa. Ainda sobre os procedimentos adotados no processo de produção que mostram, não só a tendência, mas muitas vezes a fragilidade na construção dessa realidade pela mídia (HANNERTZ, 1996), Chauí (2006) nos aponta que o relato na televisão e no rádio é muitas vezes desprovido de causas, conseqüências, tempo, espaço e contextos, logo, é fragmentado. Sem história, o público é persuadido de que o “mundo está na TV” quando na realidade a “TV é o mundo”, ou seja, um recorte, já que:

(...) o que vemos são as imagens escolhidas, selecionadas, editadas, comentadas e interpretadas pelo transmissor das notícias (...) essa ausência não é uma falha (...) dos noticiários e sim um procedimento deliberado de controle social, político e cultural. (CHAUÍ, 2006, p.50).

O problema em torno da construção da notícia, não está na parcialidade inevitável, mas na partidarização proposital. O contexto histórico do Brasil marcado pelo coronelismo

e o da radiodifusão comercial brasileira distinguida por uma nova face desse coronelismo, o eletrônico (SANTOS; CAPPARELLI, 2005), evidenciam o autoritarismo (CHAUÍ, 2006), a raiz desse poder simbólico, e o discurso homogêneo e oligopolizado ainda hoje, contrários, obviamente, à democracia e à liberdade de expressão. A relação entre mídia, política e poder econômico é marcada por um diálogo obtuso no Brasil, o que acarreta na instrumentalização midiática por parte desses poderes. Na inter-relação entre os mesmos perfis de meios de comunicação, o discurso se fortalece, “o sistema de mídia se autorrealimenta” e se autorreferencia, colaborando para uma autolegitimação e homogeneidade no discurso (RODRIGO, 2009, p. 175). Sem concorrência no discurso oferecido, detendo poder político e econômico, o discurso comercial torna-se dominante, sobrepondo o interesse privado ao público. É o caso de um de nossos objetos de estudo, a Rede Globo de Televisão, que detém penetração, concentração e influência na sociedade brasileira.

A história da Rede Globo começa em abril de 1965, uma década e meia depois da inauguração da primeira emissora de televisão no Brasil, a TV Tupi de Assis Chateaubriand, nos anos de 1950. O projeto de expansão da Globo com suas retransmissoras pelo país esteve alinhado ao governo militar brasileiro. Aliás, em 1969, “seria o Jornal Nacional que inauguraria as transmissões em rede da emissora” (BARBOSA, RIBEIRO, 2005, p. 209). A Globo satisfazia aos interesses nacionalistas e desenvolvimentistas, a um projeto estratégico de integração e segurança nacional, além de atender a uma unificação cultural, razão pela qual foi adotada como oficial pelos militares. A qualidade da imagem e do som, e o uso de outras tecnologias como o *teleprompter* a partir do começo dos anos de 1970 ofereceu ao público uma aparência ainda maior de “verdade” nos recortes descritos na telinha. Dessa forma, como explicam Barbosa e Ribeiro (2005, p. 215), “(...) estavam, pois, lançadas as estratégias narrativas fundamentais para igualar as imagens transmitidas via telejornalismo àquelas que cotidianamente faziam parte do mundo do telespectador”.

Com uma receita anual estimada, já em 1987, de 500 milhões de dólares, a TV Globo era a quarta maior rede privada do mundo. Com uma audiência potencial de 80 milhões de telespectadores, já abrangia 98% do território brasileiro (BARBOSA; RIBEIRO, 2005). Em 2008, esses números atingiam quase a totalidade, de 99,43% da população brasileira (MUNHOZ, 2009, p. 16-17). Fica evidente que a vinculação do poder simbólico e do poder econômico garantiu à Rede Globo possibilidades de investimentos em televisão

antes não vistos, que acabou moldando a cultura de consumo televisivo do público brasileiro. Fabricou-se o consenso (SAID, 1995). Assim sendo, como a mídia comercial sofre limitada contestação política, “(...) os discursos disseminados pela mídia, em especial a eletrônica, exercem grande influência na construção da “definição da realidade” que irá pautar o comportamento estratégico dos partidos e eleitores” (VOGEL, 2013, p. 8), evidenciando, assim, uma privatização do espaço público (CHAUÍ, 2006).

A partir da redemocratização do Brasil em 1985, a sociedade civil organizada se reúne para colocar na pauta da nova Constituição, promulgada em 1988, a criação de uma mídia pública nacional e a regulação da radiodifusão no país, em contrapartida à censura e ao alinhamento de veículos com a ditadura brasileira até então. Apesar de ter sido peça indispensável em grande parte do século XX nos países capitalistas desenvolvidos, como foi o caso da *BBC*⁷ na Inglaterra, da *CBC*⁸ no Canadá, da *PBS*⁹ nos Estados Unidos e da *NHK*¹⁰ no Japão, a história da radiodifusão brasileira é construída até mais da metade dos anos 2000 pelas emissoras comerciais. No artigo 223 do capítulo destinado à Comunicação Social, a Carta Magna estabelece o princípio da complementaridade dos sistemas público, privado e estatal. Entretanto, só em 2007 é criada a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para gerir meios de comunicação públicos como a TV Brasil, que surgiram no mesmo ano (GODOY, 2015). Antes, o país só viu propostas locais, como a da TV Cultura, e de emissoras educativas, que tinham uma atuação à margem das emissoras comerciais, especialmente da Globo (SILVA; GOBBI, 2010).

Se de um lado houve avanço com a criação da EBC, por outro a proposta de regulação da radiodifusão foi extremamente contestada por empresários da mídia brasileira, ainda que em países eminentemente capitalistas já se fizesse presente há décadas, visto que se trata de um mecanismo que busca garantir um equilíbrio na informação. Foi o caso do proprietário da Editora Abril, Roberto Civita, que naquele ano era representante da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER). Em audiência na ocasião da Constituinte, Civita confirmou seu posicionamento: “(...) ao atingir a liberdade de imprensa, a proposição da Federação dos Jornalistas [de regulação] atinge a

⁷ *British Broadcasting Corporation.*

⁸ *Canadian Broadcasting Corporation.*

⁹ *Public Broadcasting Service.*

¹⁰ *Nippon Hoso Kyokai/ Japan Broadcasting Corporation.*

livre iniciativa e o próprio regime capitalista”¹¹. Quando, de fato, a Liberdade de Imprensa deveria estar em conformidade com os direitos universais e não com a lógica capitalista excludente de livre mercado. Civita ainda contrariou a inexistência de oligopólio de mídia no Brasil dizendo que, naquela época (1988), já havia concorrência. Outra grande falácia. Concorrência de mercado não significa pluralidade ideológica. Afinal, a grande mídia diz praticamente a mesma coisa, porque opera de e para o *status quo*. E quando nos referimos à mesma empresa operando diferentes veículos, “(...) é evidente que a propriedade cruzada dos meios de comunicação configura prática de monopólio indireto” (VOGEL, 2013, p. 12).

Em contrapartida, o representante da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) à época, Armando Rollemberg, defendeu também durante audiência “(...) a democratização da comunicação de massa no país” (VOGEL, 2013, p.6), já que o sistema de concentração de propriedade não garante a pluralidade de vozes e de conteúdos. A democratização, para Rollemberg se daria, entre outras propostas, pela desconcentração de propriedade com a quebra de oligopólios e a diversificação de propriedades. Aliás, para Vogel (2013), a concentração midiática brasileira é uma das únicas do mundo. Matos (2008, p. 34) corrobora essa assertiva ao demonstrar que,

Um número limitado de famílias controla a grande mídia brasileira, incluindo as empresas jornalísticas das Organizações Globo (TV Globo, O Globo, Extra, Valor Econômico, Rádio Globo e CBN, revista Época, portal Globo.com e a TV a cabo Net; o grupo Abril, dos Civita, que publica Veja e mais um total de 90 revistas de entretenimento; os Mesquita (O Estado de S. Paulo, Agência Estado e Estado.com); os Frias (Folha de S. Paulo, o portal UOL, Agência Folha, Diário Popular e Valor Econômico, em parceria com O Globo). As outras sete principais famílias no setor de rádio e televisão são: nacional – a) Saad (Bandeirantes); Abravanel (SBT) e regional – a) Sirotsky (RBS), em Porto Alegre 8; Daou (TV Amazonas); c) Jereissati (TV Verdes Mares), no Ceará; d) Zahran (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e e) Camara 9 (TV Anhanguera) (MATOS, 2008, p. 34).

Dessa forma, a importância de uma mídia pública em uma sociedade democrática é indiscutível, uma vez que, em teoria, estaria aberta ao debate público, portanto atendendo aos interesses da população, livre de amarras comerciais e de ingerências governamentais, feita pelo e para o público. Atendendo a critérios de pluralidade, diversidade, regionalismo e pautas que estejam fora dos interesses dos holofotes

¹¹ Audiência Pública da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, dia 14 de maio de 1987, pág. 157.

comerciais, é indispensável uma legislação que aporte ao caráter público, uma gestão afastada de ingerências e que esteja aberta à participação da sociedade civil organizada, um financiamento que não comprometa a linha editorial e um organismo que represente os interesses públicos nos conteúdos (PEREIRA, 2009). Ainda é importante, embora não prioridade, que tenha audiência, mas para isso é necessário ter sinal aberto e visibilidade.

A partir desses fatores, podemos resumir que apesar de falhos, a TV Brasil atende parcialmente aos critérios. Ainda bastante direcionada pelas ingerências governamentais na gestão, como a polêmica ligação estabelecida pela Lei nº 11.652/08 com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), responsável pela assessoria do governo federal; também as nomeações dos diretores presidente e geral, cargos indicados para Conselhos pelo Executivo Federal; além de representantes diretos de diversas instâncias do governo no Conselho Curador, órgão constituído na maioria pela sociedade civil organizada e responsável pelo controle da linha editorial da EBC, que nem sempre é plural, e em emitir voto de desconfiança ao diretor-presidente, caso ocorra algum tipo de irregularidade (CONSELHO CURADOR, [2007?]).

Com grande parte do financiamento proveniente ainda de recursos federais, a EBC tem formas, garantidas por lei, de angariar recursos próprios, mas que ainda são ínfimos. Na TV Brasil, a audiência é baixa, consequência da pouca visibilidade que, por sua vez, é prejudicada pela falta de antenas para transmissão em sinal aberto em todo o território brasileiro. Devemos considerar que os recursos financeiros que detém a emissora são baixos para a realização de uma programação próxima a uma considerada ideal (CONSELHO CURADOR, 2013); devido às tentativas de ingerências na emissora, os governos de turno (propositalmente) ainda não compreenderam que não se trata de uma emissora governamental, senão uma emissora pública no sentido pleno do termo; a população acostumada ao consumo televisivo comercial não entende a importância da pluralidade do discurso, portanto de uma emissora pública; e, ainda, que a EBC e a TV Brasil tem só oito anos de atuação.

Pela discrepância no perfil e pela importância, guardadas as diferenças, na sociedade brasileira, a comparação da cobertura feita pelas duas emissoras é emblemática para entendermos - e como pesquisadoras auxiliarmos - a construir caminhos, não só na maneira como concebemos a televisão, especialmente a pública, objeto em constante transformação, mas também que reflitam na cultura de consumo e no

refinamento do senso crítico do público brasileiro, indispensáveis a um exercício pleno da cidadania.

Plantão TV Brasil e Globo: a cobertura, desdobramentos e distinções

O papel da mídia na cobertura da votação pela admissibilidade do processo de *impeachment* é categórico e central. Ao possuir o poder de definir o que é público, o campo político e os políticos são dependentes da mídia para terem visibilidade (LIMA, 2011), isto é, a mídia influi em processos decisórios da democracia. Na perspectiva de Grossi (1983, p. 26), a mídia “não são simples canais e sim co-produtores [...], não se limitam a transmitir a política ou a fazê-la compreensível, mas contribuem para sua definição”. A função do jornalista é a de contextualizar as nuances do acontecimento na notícia e, para legitimar seu discurso, deve agregar fontes, as mais diversas possíveis, sem privilégios (RODRIGO, 2009). Se há, até mesmo divisão de opinião entre juristas e outras categorias de intelectuais e artistas sobre a constitucionalidade desse processo de *impeachment*, até que ponto a mídia (neste caso, a comercial, por ter mais abrangência pública) não confundiu a importância pública da pauta com a valorização estabelecida por setores da política enquanto fonte privilegiada? E, tomando como premissa as explicações sobre poder simbólico no entorno e dentro da mídia, até que ponto essa mesma mídia, neste caso, não agiu de maneira deliberada e por quê?

Embora a votação tenha começado no início da tarde e se estendido até o final da noite, as duas emissoras iniciaram a programação logo cedo com alguns *links* ao vivo de manifestações que aconteceram por capitais do Brasil já pela manhã. A TV Brasil exibiu praticamente em transmissão direta a cobertura da abertura do processo de *impeachment* com um programa especial que usou parte do nome do carro chefe do jornalismo da emissora, o Repórter Brasil. A cobertura, denominada de “Plantão Repórter Brasil” contou com a mediação em estúdios das capitais Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília dos âncoras Luciana Barreto, Katiucia Neri, Florestan Fernandes Junior e Guilherme Menezes. Nos estúdios foram chamados durante a tarde e à noite comentaristas, especialistas e jornalistas da própria emissora para explicar os meandros da sessão, abordar causas que culminaram nessa votação e consequências se fosse ou não aberto o processo.

Ainda que possamos descrever a cobertura da TV Brasil como contextualizada, indispensável à função jornalística (RODRIGO, 2009, p.165), tratou-se de um discurso unilateral, uma vez que houve um desequilíbrio das fontes e portanto na divulgação do conteúdo. Todos os comentaristas se mostravam, por seus comentários, contrários à votação do processo de *impeachment*. Não houve contraponto. O discurso favorável à abertura não foi ignorado, mas não teve um espaço devido, foi sim desconstruído, e o contrário legitimado, corroborado, complementado. Presente no estúdio, o jornalista e comentarista Paulo Moreira Leite, por exemplo, chamou a votação de “golpe parlamentar”. A professora de Direito, Beatriz Vargas Ramos assinalou se tratar de “um parlamentarismo no regime do presidencialismo”. O pesquisador e apresentador, Lalo Leal também comentou sobre a argumentação de deputados da oposição: “conteúdo de processo eleitoral como se fosse uma eleição indireta para presidente da República”. A professora de Direito Internacional, Caroline Proner afirmou que “o que está em jogo é a legalidade”. Não podemos afirmar que as fontes trataram, durante a cobertura pela TV Brasil, da defesa do governo Dilma. Em contrapartida, podemos sim dizer que tiveram um posicionamento explícito em defesa da Constituição, garantindo que o conteúdo discutido quanto à votação pela abertura ou não do processo de *impeachment* era a defesa ou não da democracia.

Sobre o assunto, podemos resgatar uma reunião entre os membros do Conselho Curador da EBC dois dias (19/04) após a abertura do processo de *impeachment*. A pauta da reunião foi a recomendação para garantir o equilíbrio de fontes no jornalismo da EBC. De acordo com o membro do Conselho Curador, Ricardo Melo, as fontes que apresentam oposição ao governo foram convidadas em diversas ocasiões, mas não aceitaram o convite. No texto, o representante no Conselho enfatizou ser a TV Brasil uma tribuna aberta para receber as diferenças: “(...) o que não estamos fazendo é avisar que convidamos, mas de acordo com determinação do Conselho, vamos passar a fazer”. Outra conselheira, Akemi Nitahara, anota ainda na reunião, que no dia a dia a emissora consegue trazer um equilíbrio no uso das fontes, mas que nas bancadas e coberturas ao vivo, tem apresentado parcialidade. Outros dois representantes do Conselho, Venício Lima e Paulo Derengoski concordam que deve haver um equilíbrio, mas em momentos como da cobertura ao vivo de manifestações pelo Brasil, a emissora deveria abordar exclusivamente o lado esquecido (CRISPI, 2016).

Para Rodrigo (2009, p.184), “(...) a acessibilidade da informação está intrinsecamente vinculada à temática das fontes e às redes informativas estabelecidas pelos próprios meios de comunicação”. Isso significa que, se houver, como propôs os dois últimos conselheiros citados, somente a exibição de um lado, o conteúdo tão somente atrairá o público que possui opinião semelhante à manifestada e não é esse o papel da TV pública, mas sim, de estar para todos, representando todos os lados. Afinal, para o aceite do “contrato pragmático fiduciário” entre a mídia e o público, o discurso deve parecer verídico e, para isso, é necessário que estejam presentes na construção das notícias as fontes de informação (RODRIGO, 2009, p. 48-49). Além disso, há sempre uma negociação nas participações na mídia que envolve o interesse do veículo, das fontes e do público. O pesquisador considera que a parcialidade possa ocorrer em quatro sentidos: viés do conteúdo, da fonte, da temática e da retórica:

- 1) **viés do conteúdo**, em que se reflete a orientação geral de um meio de comunicação. Podemos apreciar como interpreta a importância dos acontecimentos conferindo-lhes valores e determinando a quantidade e a qualidade da cobertura e sua prioridade. Mesmo que na seleção das notícias, como já dissemos, a liberdade de ação seja menor, esse viés poderá ser apreciado mais claramente na hierarquização e na tematização.
- 2) **O viés das fontes**. Acontece na escolha de uma fonte que se manifesta e que fala de um acontecimento. Esse viés ocorre, fundamentalmente, na utilização de especialistas que interpretam os acontecimentos. (...). Mas, apesar dessas dificuldades, o viés sempre se produz quando são sempre as mesmas instituições ou os agentes sociais os que valorizam os acontecimentos, deixando de lado outras instituições ou agentes implicados.
- 3) **O viés temático**. O jornalista adota um modelo narrativo, um ângulo para poder explicar o acontecimento dentro dos moldes de um contexto cultural institucionalizado socialmente. Explicando um acontecimento, no sentido de torna-lo compreensível, o jornalista registra o acontecimento em um modelo familiar do conhecimento humano. O problema acontece quando os referentes não estão em consonância. (...)
- 4) **O viés retórico** acontece na organização dos materiais brutos de uma notícia, através de raciocínios por inferência, ou colocando em relação diversos aspectos de um acontecimento (...) Em resumo, o viés retórico acontece quando fazemos uso da opinião, o contexto emocional, a atribuição das causas, o nível de apreciação, e a coordenação de imagem-comentário. (RODRIGO, 2009, p. 239-240).

A cobertura do Plantão Repórter Brasil ainda primou por algumas reportagens durante as retomadas ao estúdio, como o perfil e trajetória política de Eduardo Cunha¹². Também, repórteres *in loco* fizeram passagens das manifestações contra e a favor em diversas capitais do país, com destaque para São Paulo (Avenida Paulista, contra e Vale do Anhangabaú, a favor), Rio de Janeiro (manhã, manifestação contra, à tarde a favor) e Brasília (com as manifestações contra e a favor concomitantes e divididas por um muro construído no gramado em frente ao Congresso Nacional), com imagens aéreas e de planos fechados. Também, foram exibidas imagens gravadas e enviadas por telespectadores em manifestações contrárias à abertura do processo em capitais de diversas partes do mundo, como na Praça da República de Paris e na Suécia. Destaque também na divulgação da cobertura pela mídia internacional, onde os principais veículos do mundo se portavam contra o processo por considerá-lo inconstitucional.

A cobertura em si do Plantão Repórter Brasil deu espaço para a fala dos líderes dos partidos, ocasião anterior à votação. No entanto, não foram todos os discursos divulgados, abrindo mais espaço para os contrários ao *impeachment*. Essa primeira etapa de encaminhamento da sessão durou cerca de três horas e quinze minutos e deu lugar à transmissão direta da votação, sem interrupções. O Plantão Repórter Brasil só terminou por volta da meia noite e cinquenta de segunda-feira (18/04), depois da exibição da coletiva com o Advogado Geral da União, José Eduardo Cardozo, que reiterou sofrer a Presidente da República, Dilma Rousseff, uma tentativa de golpe.

De outro lado, a cobertura da Rede Globo foi descontextualizada e preparada como um espetáculo, avaliação corroborada pelo mediador e principal âncora da emissora, William Bonner, que comparou a sessão com um jogo de Copa do Mundo. As únicas “fontes” presentes eram os próprios repórteres-comentaristas de nomes consagrados da Globo e na cobertura da editoria de política, Heraldo Pereira e Alexandre Garcia, direto do Plenário Ulisses Guimarães da Câmara Federal, trazendo o olhar do jornalista que testemunhava o acontecimento que noticiava.

A programação dominical da Globo foi suspensa parcialmente. Embora fossem de extrema importância para que o público entendesse, sem mediações, as intenções e argumentações dos líderes dos partidos, uma vez que muitos discursos ali são ignorados

¹² Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/perfil-eduardo-cunha-0>. Acesso em: 20/08/2016.

cotidianamente pela mídia comercial, como o do próprio Partido Socialista e Liberdade (PSOL), estes não foram exibidos pelo plantão da Globo. Uma das hipóteses é para que a emissora mantivesse o controle da informação, logo, só seria mostrado o que estivesse de acordo com a conveniência da TV Globo. Provavelmente, também, porque as falas dispersariam a audiência de um público acostumado com a desatenção (CHAUÍ, 2006), que naquele dia teve uma média geral de 19,8 pontos, consolidando à TV Globo o primeiro lugar (MOREIRA, 2016). No espaço, a programação rotineira seguiu com a exibição do programa *Superestar* até aproximadamente três e meia da tarde. Durante intervalos do programa, foram transmitidas algumas inserções do estúdio e de repórteres em *links* relatando as manifestações contrárias e a favor, com passagens repetitivas. Destaque para *links* distanciados da multidão e câmera parada quando em manifestações contrárias, principalmente nas capitais onde o número de manifestantes eram maiores. Nas manifestações a favor, como em Goiânia, em Copacabana no Rio de Janeiro e na Avenida Paulista em São Paulo, a cobertura privilegiou a aparição do repórter no meio da manifestação, com algumas imagens aéreas que davam a sensação de grandiosidade. Houve um claro favorecimento por enquadramento de imagem, texto, e passagem das manifestações à abertura do processo de *impeachment*, culminando, assim como o perfil de seus telejornais, na eliminação da qualidade da crítica, desqualificação da interlocução e na desconstrução simbólica da capacidade de construção pelo público.

Como a TV Brasil, a Globo fez transmissão direta da votação. A votação que seguiu a regra alternada entre os deputados dos estados do Sul e Norte, terminou em 367 votos favoráveis ao prosseguimento do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, 137 contrários, sete abstenções e duas ausências. Eram necessários 342 votos favoráveis para aprovar a proposta ou 172 contrários para barrá-la. O desfecho da transmissão da votação foi acompanhado por imagens de apelo emocional com a exibição das reações dos manifestantes a favor da abertura do processo e que, em seguida, deu entrada à revista semanal da Globo, Fantástico, que começou mais tarde do que o horário convencional, por volta das onze e cinquenta da noite. Sobre a cobertura da Globo, Rodrigo (2009), embora se refira à estratégia informativa militar, tem muito a nos dizer sobre essa cobertura descontextualizada e de apelo emocional pela maior emissora comercial do Brasil:

Nem sempre informação é sinônimo de conhecimento. Quando a informação que é transmitida passa do saber fazer para o fazer acreditar (a persuasão), e para o fazer sentir (o sensacionalismo emocional), se pode esconder o que acontece mostrando uma parte do que ocorre, embora seja a parte mais importante. Saber não é simplesmente ver, como às vezes pretende o discurso da televisão. Saber é compreender, é compreender o acontecimento, compreender suas causas e consequências, assumir a existência das diversas interpretações, etc. (RODRIGO, 2009, p.246).

O maior acontecimento midiático da política brasileira em números de audiência até então foi um grande simulacro (CHAUÍ, 2006). Como revelou a pesquisa do Vox Populi, metade da população sairia insatisfeita independentemente do resultado da votação na Câmara. Pouco mais de quatro meses após a abertura do processo e o afastamento na Câmara da então presidente Dilma Rousseff, o desfecho definitivo encontrou vez no Senado Federal. A sessão para votação da condenação ou absolvição pelos possíveis crimes mencionados, realizada em 31 de agosto de 2016, por volta das 13h35, foi comandada pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Ricardo Lewandowski. Com a presença de todos os 81 senadores, foram 61 votos favoráveis e 20 contra. Eram necessários 54 votos a favor para o impedimento definitivo. Dilma Rousseff sofreu *impeachment*, perdendo o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil. Na votação subsequente, que poderia inabilitar ou não a agora ex-mandatária da República para o exercício de qualquer função pública, Dilma Rousseff foi absolvida, permanecendo com seus direitos políticos.

Em definitivo, a abertura na Câmara do processo de *impeachment* e seu desfecho trataram-se de um episódio construído pela mídia, no qual a televisão teve grande responsabilidade por omissão ou direcionamento. É necessário o fortalecimento da mídia pública, em especial da TV Brasil para que possa ser um contraponto ao oligopólio comercial capitaneado pela TV Globo. Mas, para isso, é indispensável garantir a pluralidade do discurso com uma regulação da radiodifusão que traria novos e velhos conteúdos, com diferentes perspectivas, correspondente ao Estado Democrático de Direito, ampliando, por sua vez, o debate e a cidadania. Indiscutivelmente, esse episódio polêmico já marcou nossos tempos, a cultura política e a história do Brasil.

Referências

BARBOSA, M.; RIBEIRO, A. P. G. Telejornalismo na Globo: vestígios, narrativa e temporalidade. In: BOLAÑO, C. R. S.; BRITTOS, V. C. **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005, p 205-222.

BECELLONI, G. Il potere nelle organizzazioni dei media. **Problemi dell'Informazione**, ano, n.3, 1986, p. 367-386.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

_____. Sobre o poder simbólico. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 7-16.

BRASIL. Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08. abr. 2008.

CHAUÍ, M. DE S. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perceze Abramo, 2006.

COIMBRA, M. A opinião pública no calor da hora. **Carta Capital**, [S.l.], 15 abr. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/897/a-opinioao-publica-no-calor-da-hora>. Acesso em: 18 ago. 2016.

CONSELHO CURADOR. **O conselho Curador**. EBC, [S.l.], [2007?]. Disponível em: <conselhocurador.ebc.com.br/pagina/conselho-curador>. Acesso em: 03 nov. 2014.

_____. **Plano de Trabalho 2013 EBC**. EBC, Brasília, 2013. Disponível em: http://www.conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/files/2_Plano_de_Trabalho_EBC_2013.pdf. Acesso em: 14 jul. 2015.

CRISPI, P. Conselho aprova recomendação para garantir equilíbrio de fontes no jornalismo da EBC. **EBC institucional**, [S.l.], 22 abr. 2016. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/04/conselho-aprova-diretrizes-para-garantir-equilibrio-de-fontes-no>. Acesso em: 20 ago. 2016.

GODOY, J. M. **Uma mirada em dois projetos e concepções sul-americanas de TV pública digital**: análise comparativa entre TV Brasil e Canal 7 Argentina. 2015. Monografia (Curso de Comunicação Social - Jornalismo) – FAAC – UNESP, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Francisco Magnoni.

GROSSI, G. La comunicazione politica tra partiti e mass media. In: VV. AA. **Comunicare politica**. Milão: Argelina, p. 19-35.

HALL, S. Codificação/ Decodificação. In: **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org.); Trad. Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2006, p. 365-381.

HANNERTZ, U. **Conexiones transnacionales** – Cultura, gente, lugares. Madri: Cátedra, 1996.

LIMA, V. A. DE. **Regulação das comunicações**: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

MATOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008.

MOREIRA, P. R. SBT ignora votação do impeachment e fica em segundo lugar. **O DIA televisão**, [S.l.], 19 abr. 2016, IG. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/diversao/televisao/2016-04-19/sbt-ignora-votacao-do-impeachment-e-fica-em-segundo-lugar-no-ibope.html>. Acesso em: 17 ago. 2016.

MUNHOZ, E. R. **A Rede Globo de Televisão no território brasileiro a partir do sistema de emissoras afiliadas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – USP, sob orientação da Prof. Dra. María Mónica Arroyo.

PEREIRA, S. (Org.). Sistema Público de Comunicação no Brasil: as conquistas e desafios. **Observatório do Direito à Comunicação**, dez. 2009.

PRONER, C; CITTADINO, G; TENENBAUM, M; RAMOS FILHO, W. **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

RODRIGO ALSINA, M. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

SANTOS, S. DOS, CAPPARELLI, S. Coronelismo, Radiodifusão e Voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, V. C; BOLAÑO, C. R. S. (org). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVA, D. M. F.; GOBBI, M. C.. Cenários e desafios da digitalização para TVs públicas. In: GOBBI, Maria Cristina; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. (Org.). **Televisão digital: informação e conhecimento**. 1ed.São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v. 1, p. 179-198.

SOUZA, N., CARAM, B. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. **Estadão**, [S.l.], 06 out. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>. Acesso em: 18 ago. 2016.

VOGEL, L. H. **A Comunicação Social na Constituição de 1988 e a concentração da mídia no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

Recebido em 31/08/2016

Publicado em 20/11/2016